

RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.397 - CE (2017/0286425-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : LUCIA MARIA LOPES DE OLIVEIRA
RECORRENTE : CICERO DE ALMEIDA BRAGA
RECORRENTE : MARIA CARMELIA DO NASCIMENTO BRAGA
RECORRENTE : ALICE ARAÚJO DA FONSECA
RECORRENTE : JURACI GONZAGA ARRUDA
ADVOGADOS : DANIEL LAGE ALENCAR E OUTRO(S) - CE008512
WAGNER BARBOSA DE ALMEIDA JUNIOR - CE032976
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 330):

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. REVISÃO GERAL ANUAL. REAJUSTE DE 13,23%. CONCESSÃO PELO JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO PLENO DESTA CORTE.

1. Pretendem os recorrentes a condenação da UNIÃO, a promover o reconhecimento do direito à incorporação do percentual de 13,23% (revisão geral), aduzindo que “a VPI no valor de R\$ 59,87, instituída pela lei 10.698/2003, configurou revisão geral e anual, prevista no art. 37, X, da Carta Magna, eis que teve o escopo de recompor as perdas estipendiárias decorrentes da inflação. Não se trata de mera rubrica vencimental, como argumentou o douto juízo em sede de sentença.”.
2. A Emenda Constitucional nº 19/98 que deu nova redação ao art. 37, inciso X, da CF/88, assegurou a revisão geral anual dos servidores públicos federais, prevendo, porém, a obrigatoriedade de edição de lei específica para sua alteração ou fixação, observada a iniciativa privativa em cada caso.
3. A Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual no valor de R\$ 59,87, para os servidores públicos federais, e não, uma revisão geral.
4. A revisão geral anual prevista no art. 37, inc. X, da CF, foi tratada pela Lei nº 10.697/2003, que instituiu o reajuste no percentual de 1% para todos os servidores públicos federais.
5. Apesar do valor concedido a título de revisão ser impróprio para recompor a perda aquisitiva decorrente da inflação no período, é vedada ao Judiciário a concessão do índice de 13,23% pleiteado pelos autores. Súmula nº 339, do STF, posteriormente convertida na Súmula Vinculante nº 37.
6. O art. 1º, da aludida Lei 10.698, é de redação clara e discurso direto:

Art. 1º. Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R\$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Então, se a aludida norma, de modo expresse, institui uma vantagem pecuniária individual, não se pode aclamá-la como revisão geral anual de forma dissimulada, dentro do argumento esposado no REsp 1.536.597-DF. PROCESSO: 08033237620134058300, EAC/PE, Precedente deste TRF5. DESEMBARGADOR FEDERAL VLADIMIR CARVALHO, Pleno, JULGAMENTO: 28/11/2016.

7. Recurso de apelação não provido.

Embargos de declaração rejeitados.

Os recorrentes afirmam que o acórdão *a quo* dissentiu do entendimento firmado por esta Corte no sentido de que a Vantagem Pecuniária Individual (VPI) possui natureza jurídica de Revisão Geral Anual, devendo ser estendido aos Servidores Públicos Federais o índice de aproximadamente 13,23%, decorrente do percentual mais benéfico proveniente do aumento impróprio instituído pelas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003 e que não é o caso da incidência do enunciado da Súmula 339/STF. Defendem, assim, a reforma do referido acórdão, com o consequente reconhecimento do direito à incorporação do percentual de 13,23% (revisão geral) e o pagamento das respectivas diferenças a partir do quinquênio anterior à propositura da presente demanda, aplicando-se a elas correção monetária e juros de mora;

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 435.

É o relatório. Passo a decidir.

O presente recurso não merece êxito.

Com efeito, infere-se das razões do apelo especial que os recorrentes não individualizaram qual dispositivo de lei federal ou tratado se apresenta malferido. De fato, revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a expor alegações genéricas e não indica qual dispositivo de lei federal ou tratado foi contrariado pelo acórdão recorrido, situação que se evidencia nos autos e impede o conhecimento do recurso.

Outrossim, segundo a jurisprudência desta Corte, a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial. Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, § 3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

